



**- Observatório de Política Externa Brasileira -
Nº 106
01/09/06 a 07/09/06**

Apresentação:

O Observatório de Política Externa Brasileira é um projeto de informação semanal da Graduação em Relações Internacionais, e um dos trabalhos executados pelo Grupo de Estudos de Defesa e Segurança Internacional (GEDES), do Centro De Estudos Latino-americanos (CELA) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, campus de Franca.

Equipe de redação e revisão: Suzeley Kalil Mathias (coordenação), André Guzzi (mestrando em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP – e bolsista FAPESP), Haroldo Ledandek, Juliana Alves da Costa, Lisandra Crosara, Maria Paula de Barros Cantusio (redatora responsável) e Renata Avelar Gianini (mestranda em Relações Internacionais pelo Programa San Tiago Dantas – UNICAMP UNESP PUC-SP).

Brasil propôs criação de fundo para redução do desmatamento

O governo brasileiro propôs a criação de um fundo mundial para incentivar os países com florestas tropicais a reduzirem os desmatamentos durante a Convenção do Clima da Organização das Nações Unidas (ONU), em Roma. Tal fundo serviria como uma compensação por meio do qual os países que possuem florestas tropicais possam receber recursos ao reduzirem o desmatamento dentro de seus territórios abaixo de certo limite e durante determinado tempo. Não ficou claro, contudo, de onde viriam tais recursos (Folha de S. Paulo – Ciência – 02/09/06).

Ministros do Mercosul reuniram-se no Rio de Janeiro

Os ministros da área econômica dos países do Mercosul reuniram-se no Palácio Itamaraty, no Rio de Janeiro, dia 01 de setembro. Discutiram a formação de uma estratégia comum a ser adotada pelo bloco na próxima reunião do Fundo Monetário Internacional (FMI), que acontecerá em Cingapura ainda este mês, além de temas como a criação de um banco de fomento intra-bloco e a eliminação do dólar nas transações entre os países-membros. Neste sentido, o ministro da Fazenda brasileiro, Guido Mantega, e a ministra da Economia da Argentina, Felisa Miceli, anunciaram que os dois países desenvolvem um projeto de substituição do dólar no comércio bilateral pelas moedas locais dos dois países. O projeto prevê que os bancos centrais dos dois países montem um sistema de compensação das vendas bilaterais e apresentem um projeto até dezembro quando acontecerá a Cúpula presidencial



do Mercosul. A intenção dos ministros é que o projeto, que ainda precisa ser aprovado nos congressos do Brasil e da Argentina, passe a vigorar em 2007 e conte com a participação dos outros países do bloco. No final da reunião, durante a entrevista coletiva, o representante do Uruguai, Danilo Astori não comentou o acordo entre Brasil e Argentina e reafirmou a intenção de seu país em buscar acordos bilaterais com os Estados Unidos. Sobre essa declaração, Mantega afirmou que os países-membros entendem as necessidades do Uruguai de firmar acordos extra-bloco contanto que estes não firam os princípios do Mercosul (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/09/06; O Globo – Economia – 01/09/06; O Globo – Economia – 02/09/06).

Brasil e Bolívia retomarão discussões sobre nacionalização de gás boliviano

As negociações entre os governos brasileiro e boliviano sobre a nacionalização dos ativos da Petrobrás na Bolívia, interrompidas desde junho deste ano, serão retomadas no dia 15 setembro. O comprometimento para com essas discussões, mais focadas na questão política, ocorreu com a visita do vice-presidente boliviano, Álvaro Garcia Linera, ao Brasil. O ministro das Minas e Energia brasileiro, Silas Rondeau, informou que as discussões não serão pautadas exclusivamente na questão do gás, mas tratará da integração energética entre os dois países. Sobre a Petrobrás, as discussões pautar-se-ão na forma como ficarão as operações da estatal brasileira no país, nas indenizações pela transferência do controle de refinarias a estatal boliviana do setor (YPFB) e nos novos contratos de concessão que serão assinados sob o decreto de nacionalização, firmado por Evo Morales, presidente da Bolívia, em maio deste ano. O ministro do Desenvolvimento boliviano informou à imprensa oficial de seu país que seu governo já possui o modelo de contrato a ser assinado pelas empresas, sem, contudo, dar maiores detalhes. A Petrobrás e suas parceiras pagaram ao governo daquele país uma quantia de 32 milhões de dólares referentes ao imposto adicional implementado pelo governo boliviano. O montante recebido será utilizado para capitalizar a estatal boliviana e para que ela tenha recursos para assumir o controle do mercado de petróleo e de gás do país (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/09/06).

Governo brasileiro reportou os EUA à OMC

O governo brasileiro solicitou à Organização Mundial do Comércio (OMC) que investigue os subsídios americanos ao algodão. Em 2004, a organização já havia considerado tais subsídios ilegais garantindo ao Brasil a possibilidade de retaliar os EUA. Na ocasião, os governos dos dois países fecharam um acordo para que a retaliação não fosse efetivada em vistas das discussões da Rodada



Doha, que aconteceram em dezembro do ano passado em Hong Kong. Frente ao não avanço em tais discussões, o governo brasileiro solicitou à OMC investigação sobre os subsídios garantidos pelo governo americano aos seus produtores de algodão por considerar insuficientes as medidas aplicadas pelo governo norte-americano. A solicitação brasileira pode ser bloqueada pelos EUA, mas caso haja reapresentação da mesma ao órgão, a investigação dar-se-á de forma automática. Se o julgamento for favorável ao Brasil, o país terá direito de retaliar os americanos, em aproximadamente 4 bilhões de dólares, segundo estimativas do Itamaraty (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 02/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 01/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 02/09/06).

Diplomata brasileiro integrará comissão da ONU para investigar violações internacionais de Israel

O diplomata brasileiro João Clemente Baena Soares foi convidado para integrar uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) que surgiu para investigar as ações de Israel durante guerra contra o Hezbollah, no Líbano. Criada a partir da aprovação de um pedido da liga dos Países Árabes, a comissão investigará se o governo israelense violou as leis internacionais e os direitos humanos durante os bombardeios contra o Líbano, utilizando-se de armas em desconformidade com as legislações internacionais, e os supostos ataques a alvos civis. A comissão, formada ainda por um professor grego e por um juiz da Tanzânia, elaborará um relatório sobre a questão que será, posteriormente, apresentado à ONU. As atividades da mesma deverão se iniciar no final de setembro (O Estado de S. Paulo – Internacional – 02/09/06; O Globo – O Mundo – 02/09/06).

Forças militares bolivianas expulsaram madeireiras brasileiras na região de fronteira

Forças da elite da Polícia e das Forças Armadas da Bolívia mobilizaram-se, sob determinação do governo local, para expulsar duas madeireiras brasileiras estabelecidas ilegalmente no lado boliviano da fronteira entre os dois países. Outras ações similares foram praticadas pelo governo boliviano ao longo da fronteira do país. A intenção do governo de Evo Morales, presidente do país andino, é retomar a posse de terras estatais ocupadas indevidamente. O Itamaraty, por sua vez, não comentou o ocorrido (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 01/09/06; O Globo – Economia – 01/09/06).

Encontro tentará retomar a Rodada Doha

No dia 10 de setembro, representantes dos EUA, Japão, União Europeia e G-20 reunir-se-ão no Rio de Janeiro para tentar dar um novo impulso à retomada das negociações da Rodada Doha. As discussões estão suspensas desde julho deste ano devido ao impasse existente diante da abertura do comércio agrícola mundial e do corte aos subsídios agrícolas domésticos. O encontro foi planejado por Celso Amorim, ministro das Relações Exteriores do Brasil, e contará com a presença do diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, da representante dos Estados Unidos para o Comércio, Susan Schwab, do comissário de Comércio da União Europeia, Peter Mandelson, do ministro de Economia, Comércio e Indústria do Japão, Shoichi Nakagawa, bem como de representantes de países em desenvolvimento. Peter Mandelson afirmou, no dia 05 de setembro, que sem uma mudança da posição norte-americana sobre a Rodada Doha, os países em desenvolvimento, tais como o Brasil e a Índia, não estarão dispostos a oferecer maior acesso a seus mercados de produtos industriais e serviços e os acordos regionais são apenas complementos e não alternativas ao sistema multilateral. (O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 04/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 06/09/06).

Brasil e Reino Unido construirão usina de álcool

O Brasil e o Reino Unido desenvolverão conjuntamente um projeto-piloto de uma usina de álcool na África do Sul. No dia 05 de setembro, o ministro de Comércio e Indústria britânico, Alistair Darling, em viagem ao Brasil para a negociação do projeto, visitou uma usina de álcool e uma indústria de base em companhia do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil, Luiz Fernando Furlan. De acordo com Darling, o Reino Unido interessa-se no potencial do mercado brasileiro, cujo crescimento nas áreas de biocombustíveis e créditos de carbono têm-lhes importância, assim como o aumento da produção de combustíveis renováveis no próprio país. Desta forma, segundo Darling, os dois países podem trabalhar juntos em várias ocasiões. O ministro brasileiro, por sua vez, afirmou que o Brasil fornecerá assistência técnica, operacional e agrícola para a consecução do projeto, enquanto caberão aos ingleses os recursos para promovê-lo (O Estado de S. Paulo – Economia – 05/09/06).

UE tomará decisão sobre exportações brasileiras ao bloco

No dia 06 de setembro, a União Européia (UE) propôs, durante reunião de veterinários representantes dos 25 países do bloco, a manutenção do embargo às carnes bovina dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná sem sua ampliação à outras localidades. Durante o encontro também foi decidido o tratamento aos demais produtos brasileiros destinados à exportação, dada suas conhecidas condições fitossanitárias. No dia 05 de setembro, a UE informou ao governo brasileiro que deverá propor ao voto dos veterinários um controle na importação sobre produtos brasileiros do setor da pesca, os quais deverão passar por testes ao desembarcar no continente. A proposta, entretanto, não indica punição a outros setores ameaçados, como os produtos animais e frutas. A Comissão Européia alertou ao Brasil que o país poderá sofrer novas barreiras às exportações devido às falhas de seu sistema de defesa sanitária na produção de alimentos, tendo exigido o fortalecimento do controle de resíduos para continuação do comércio. No último mês, o Brasil enviou comunicado à UE, onde detalhou seu plano para o controle de resíduos, que resultou no não implemento de novas sanções ao país e na negociação para os planos sobre as carnes bovina e de frango (O Estado de S. Paulo – Economia – 06/09/06).

Brasil negociará com África do Sul acordo no setor automotivo

O Brasil negociará com a África do Sul um acordo adicional com vistas a aumentar as exportações brasileiras de automóveis ao país. As negociações deverão ocorrer na esfera do Mercosul e da União Aduaneira da África Austral (SACU), da qual participam Botsuana, Lesoto, Namíbia, Suazilândia e a própria África do Sul. Em paralelo, o Mercosul assinará acordos adicionais com a Índia. Os acordos deverão ser finalizados no primeiro encontro de cúpula do IBAS (Índia – Brasil – África do Sul), que ocorrerá no dia 13 de setembro, em Brasília. Segundo o subsecretário-geral Político do Itamaraty, embaixador Pedro Motta Pinto Coelho, o Brasil espera demonstrar à comunidade internacional que os três “grandes” países do hemisfério Sul podem cooperar e se entender e, ainda, participar da composição e da definição da agenda internacional. Pinto Coelho salientou a questão política inerente ao contato entre estes países, haja vista que estes são aliados nos mais importantes fóruns mundiais, tais como na Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e na defesa da reformulação do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU). De acordo com o diretor do Departamento de Negociações Internacionais do Itamaraty, Régis Arslanian, os chefes de Estado dos países-membros do IBAS manifestar-se-ão favoráveis ao início das negociações de um acordo de livre-comércio trilateral. Arslanian também declarou que nos acordos previstos haverá tratamento diferenciado para o Paraguai e o Uruguai (O Globo – Economia – 06/09/06).



Protesto fechou fronteira entre Brasil e Argentina

No dia 04 de setembro, empresários argentinos do setor de turismo, taxistas brasileiros e comerciantes da fronteira entre o Brasil e a Argentina bloquearam o trânsito na ponte Tancredo Neves. O bloqueio foi um protesto às cobranças argentinas de uma taxa migratória para quem cruza a fronteira do país e uma sobretaxa sobre o preço dos combustíveis a estrangeiros. De acordo com o diretor do departamento de Imigração da Argentina, Ricardo Rodríguez, a taxa permitirá investimentos na infra-estrutura das instalações aduaneiras. Segundo a Câmara de Comércio da cidade argentina, o comércio sofreu queda na ordem de 90% (Folha de S. Paulo – Dinheiro – 05/09/06; O Estado de S. Paulo – Economia & Negócios – 05/09/06).